

O Acolhimento Pastoral

– perspectivas teológicas e antropológicas

JOSÉ NUNES

Faculdade de Teologia (UCP), Lisboa

O acolhimento é um desafio fundamental e permanente para a pastoral da Igreja e, afinal, uma experiência estruturante da vida de toda a pessoa: as ciências humanas repetem à saciedade que o acolhimento recíproco, o amar e sentir-se amado, é o que mais equilibra o ser humano.

O percurso que aqui propomos começa por uma fundamentação teológica do acolhimento, isto é, do acolhimento que tem a Deus por sujeito, em particular a partir das características básicas da ‘condescendência’ e da ‘misericórdia’. Em seguida, buscaremos algumas notas importantes da praxis de acolhimento de Jesus, tomando para isso três textos bem concretos dos evangelhos. Finalmente, procuraremos destacar alguns campos e perspectivas onde o acolhimento mais urge na nossa pastoral das paróquias, movimentos ou outras realidades.

I – O Acolhimento Divino

1. A condescendência

Vários documentos recentes do Magistério falam da condescendência divina para definir a fundamental atitude de relação entre Deus e o Homem de todos os tempos e lugares.

Trata-se de uma atitude *pedagógica* – na medida em que se refere à relação entre pessoas: Deus e os homens –, mas é uma característica verdadeiramente *ontológica*, já que desvenda o próprio ser de Deus. E como característica do próprio ser de Deus e do seu ‘estilo relacional’, a condescendência é uma realidade fundamental do acolhimento.

O concílio Vaticano II, na sua Constituição dogmática sobre a Revelação Divina¹, afirma: «Na Sagrada Escritura, salvas sempre a verdade e a santidade de Deus, manifesta-se a admirável condescendência da eterna sabedoria para “conhecermos a inefável benignidade de Deus e com quanta acomodação Ele falou, tomando providência e cuidado da nossa natureza”²».

Este texto vem claramente na continuação da Encíclica *Divino afflante Spiritus*³: «assim como o Verbo substância de Deus se fez semelhante aos homens em tudo, excepto no pecado, assim também as palavras de Deus, expressadas em linguagem humana, fazem-se em tudo semelhantes à linguagem humana, excepto no erro. Nisto consiste aquela *synkatábasis* ou condescendência do Deus providente que já S. João Crisóstomo exaltou sobremaneira».

Mas muitos outros documentos do Magistério, ainda mais recentes, sublinham esta mesma realidade. A Conferência Episcopal Espanhola, por exemplo, em dois dos seus mais importantes documentos catequéticos, afirma significativamente: «a pedagogia divina está configurada pela sua admirável condescendência (*synkatábasis*)»⁴. Posteriormente, o Catecismo da Igreja Católica também se refere a este modo de ser e de se relacionar por parte do nosso Deus, defi-

¹ Dei Verbum n.º 13.

² Trata-se de uma citação de S. João Crisóstomo – o ‘doutor da condescendência’ – em que a palavra ‘acomodação’ empregue pelo concílio é o grego ‘*synkatábasis*’, cuja tradução correcta é realmente ‘condescendência’. O texto de S. João Crisóstomo é In Gen. 3,8; PG. 53, 134.

³ Pio XII, *Divino afflante Spiritus*, 30-9-1943: DS 2294.

⁴ Cfr estas citações em J. Pujol, F. Domingo, A. Gil, M. Blanco, *Introducción a la Pedagogia de la Fe*, Eunsa, Pamplona 2001, p. 49.

nindo-o como uma «pedagogia da condescendência divina»⁵ e o último Direc-tório Geral da Catequese (1997) confirma a condescendência divina como a característica básica da pedagogia acolhedora de Deus para com o homem e si-multaneamente uma autêntica ‘escola’ para a pessoa⁶.

A palavra ‘condescendência’ pode ser entendida negativamente... É mesmo esse o sentido de muitas das nossas frases e expressões: *condescender* pode significar ‘tolerância passiva’, ‘deixar andar’, ‘não ligar importância’; en-tendida dessa forma, *condescendência* é sinónimo de laxismo, desinteresse, não preocupação com o outro (o aparente respeito dessa condescendência é, afinal, o maior desrespeito para com o outro...).

Recorrendo à etimologia, à raiz grega da palavra ‘synkatábasis’, condescen-dência expressa o acto de ‘descer com’, ‘baixar-se juntamente com alguém’, ou então, no caso de significar o baixar de uma só pessoa, este *baixar-se* aponta já para um ir ter com o outro que está mais abaixo, adaptando-se ao seu nível, com vista a prestar-lhe ajuda ou socorro.

No caso da condescendência divina, está claro que se trata do descer de Deus até junto do homem, assumindo a sua historicidade, para o salvar a par-tir justamente da sua condição que, aliás, Deus passa a partilhar.

Eis porque a condescendência divina tem uma tradução evidente e defini-tiva nos mistérios da Encarnação e da Cruz: pela encarnação Deus assumiu a nossa condição, desceu até nós; e pela cruz baixou-se ainda mais, para nos ar-rancar da morte e nos salvar. É esta realidade que S.Paulo captou e expressou de forma magnífica no famoso hino de Filipenses (2,6-11): «Cristo, que era de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas humilhou-se a si mesmo, tomando a condição de servo e obedecendo até à morte e morte de cruz». É a ‘kenosis’: Cristo baixou-se para a todos levantar, para a todos salvar.

Neste sentido, a condescendência torna-se um sinónimo do serviço – cate-goria central da pessoa e vida de Jesus, da figura de Cristo, e de todos os textos do Novo Testamento: o Filho do Homem veio para servir e não para ser ser-vido... por isso passou a vida fazendo o bem... e lavou os pés aos discípulos. Pa-rece assim evidente que a condescendência é realidade fundamental para o acolhimento, também para o nosso acolhimento aos outros, já que Jesus pediu que também nós lavássemos os pés uns aos outros: acolher alguém é ir ter com

⁵ CIC nº 684.

⁶ DGC nº 146.

ele, é baixar-se ao seu nível para o compreender, é decidir-se e empenhar-se pela sua libertação/salvação.

2. A misericórdia

A misericórdia deve ser justamente considerada como um outro traço do ser de Deus, muito semelhante à condescendência, mas que põe preferentemente o acento já não na *forma* da relação de Deus com o Homem mas sim no *conteúdo* de amor e intenção salvífica que fundamentam e norteiam essa relação.

É verdade que o Antigo Testamento⁷, em certos momentos e passagens, já captava exemplarmente a misericórdia divina: olhando para o povo sofredor no Egipto (Ex. 3), Javé enche-se de compaixão/misericórdia e liberta-o; o profeta Oséias, com o símbolo da sua vida e os seus escritos, é mesmo a expressão da misericórdia infinita de Deus; apesar da sua onnipotência, é com a misericórdia que Ele salva mais habitual e profundamente: «Deus é clemente e compassivo, lento para a ira e cheio de misericórdia»(Sal. 85) e «mostrais a vossa força (...) mas com o domínio da força, vós julgais com brandura e governais com indulgência»(Sab. 12,13-19). Assim, desde a Torah, passando pelos profetas e indo até aos livros sapienciais, o A.T. já pode testemunhar de um Deus cheio de misericórdia, cuja oração colecta da liturgia de um domingo do tempo comum (26º) do missal romano ilustra perfeitamente: «Vós que dais a maior prova do vosso poder quando perdoais e vos compadeceis...».

Mas é sobretudo com Jesus e, portanto, nos escritos neo-testamentários, que se manifesta radicalmente a compaixão e misericórdia divinas. Esse amor total quer aos pobres quer aos pecadores, esse interesse pela miséria do outro (*misericórdia* não será mesmo o compreender e libertar das *misérias*...?) é apanágio de Jesus e marca até uma ruptura com alguma mentalidade vetero-testamentária⁸.

Por isso mesmo se poderia dizer com propriedade que «Jesus foi o primeiro a viver totalmente a partir da compaixão de Deus. (...) Na base da sua actividade curadora e inspirando toda a sua actuação com os doentes está sempre o seu amor compassivo. (...) As pessoas captaram imediatamente a novidade que Jesus estava a introduzir. O seu agir era muito diferente do de João Bap-

⁷ Cfr uma visão sintética sobre o conceito de 'misericórdia' no A.T. em J.Paulo II, *Dives in misericórdia*, nº4.

⁸ Cfr a este respeito o interessantíssimo artigo de J.Pagola, *Jesus e a misericórdia*, Conferência pronunciada na Semana do Pensamento Cristão, 7-2-2005, Donostia (San Sebastián), Tradução e Edição da Com.Justiça e paz da CIRP, Lisboa 2006.

tista. A missão do Baptista estava pensada e organizada em função do pecado. Era a sua grande preocupação: denunciar os pecados daquela sociedade e purificar todos aqueles que acorriam ao Jordão para receber o baptismo do *perdão dos pecados*. A actuação de Jesus era diferente, pois via tudo a partir da compaixão de Deus. (...) Jesus não passa pela Galileia em busca de pecadores para os converter dos seus pecados, mas para se aproximar dos doentes e endemoninhados e os libertar do seu sofrimento. (...) O profeta da misericórdia de Deus atraía sobretudo os que viviam mergulhados na miséria»⁹.

S. Lucas, no seu evangelho, é aquele que porventura mais ilustra esse evangelho da misericórdia e contrapondo, justamente, as figuras de Jesus e de João Baptista. Logo no início da vida pública, Jesus proclama na Sinagoga as palavras da graça e não as da condenação, citando apenas a primeira parte da sentença de Isaías (Luc. 4,18-19; Is. 61,1-2) e cortando o final ameaçador («o dia em que o nosso Deus fará justiça»). É natural, pois, que João Baptista faça jejuns e penitências e Jesus seja conhecido como ‘comilão e beerrão’ (cfr Luc. 7, 33-34); é também significativo que os discípulos de ambos tenham comportamentos diferentes (cfr Luc. 5, 33-35); porque, realmente, apesar de «entre os nascidos de mulher João Baptista ser o maior, o mais pequenino no Reino de Deus é maior que João Baptista» (Luc. 7, 28). De facto, Jesus é o Profeta da misericórdia, da graça. João Baptista vinha na linha da dureza dos profetas do A.T., era ainda o profeta da ira de Deus, da condenação, do anúncio da desgraça ou do castigo; Jesus aparece-nos cheio de mansidão e compaixão.

O Deus de Jesus é, de facto, o Deus da bênção e compaixão, por isso o Deus do *acolhimento* sem limites. Assim, a misericórdia divina há-de inspirar o nosso acolhimento, já que Jesus pediu para sermos santos e misericordiosos como o Pai do céu, sendo até esse o critério enunciado por Mt. 25, no Juízo Final, para decidir do encontro com Deus e da salvação. E o acolhimento misericordioso aponta claramente para uma atitude geral de escuta (sem juízos ou preconceitos) de quem nos procura, de interesse pelos seus dramas ou alegrias e projectos. É o que poderemos considerar, em seguida, na análise de alguns textos evangélicos (análise simples e sem pretensão de rigores exegéticos).

⁹ J. Pagola, o.c., pp. 7-8.

3. A praxis acolhedora de Jesus

A atitude permanente de Jesus foi, como assinalámos, uma prática de inclusão e não de exclusão. O seu acolhimento misericordioso estendeu-se a todo o tipo de pessoas – o que lhe valeu até incompreensões e antagonismos por parte daqueles que se surpreenderam e escandalizaram com o seu testemunho. Entre muitos textos evangélicos apropriados para explicitar a prática de acolhimento de Jesus, propõe-se aqui a consideração de três¹⁰: o encontro com Nicodemos (Jo. 3), a conversa com a mulher adúltera (Jo.8) e o jantar em casa de Zaqueu (Luc. 19). cremos que, pelas suas semelhanças mas também especificidades e diferenças, nos ajudam na caracterização do que seria a perspectiva cristã do autêntico acolhimento.

É fácil perceber, nos relatos acima referidos, algumas diferenças. Jesus acolhe permanentemente, quer seja à noite (Nicodemos), ao fim da tarde (Zaqueu) ou durante o dia (mulher adúltera). Jesus acolhe quem vem ter consigo (casos de Nicodemos ou da mulher) mas acolhe também indo ter propositadamente com alguém que quer acolher (com Zaqueu, Jesus faz-se acolhido para depois acolher). Jesus acolhe pessoas fruto de algo previamente combinado (casos de Zaqueu ou Nicodemos) ou na sequência de algo imprevisto, de surpresa (caso da mulher).

Mas para além dessas diferenças, os textos revelam um espírito de inclusão e abertura a todo o tipo de pessoas (diferentes estratos sociais, diferentes ligações à religião, diferentes participações na cultura, diferentes géneros, etc), revelam uma total disponibilidade (não há quaisquer limites: de tempo, de lugar, etc), revelam também um interesse imenso pelo interlocutor (escutando-o, pondo-se ao seu nível) e, finalmente, mostram sempre um acolhimento misericordioso e compreensivo («eu não te condeno»...) mas que não se coíbe de lançar desafios de conversão, abrindo autênticos, novos e importantes horizontes de vida («tens de nascer de novo», «vai e não voltes a pecar»...).

As características fundamentais do acolhimento divino que começámos por destacar – a condescendência e a misericórdia – são, afinal, bem assumidas e visíveis na praxis de Jesus. Como bem sintetizou J.Paulo II¹¹: «Jesus revelou,

¹⁰ Outro material de referência sobre o assunto pode ser consultado em O.Lopes, *Acolhimento pastoral na paróquia*, ed.Paulinas, Lisboa 1995, pp. 55-76.

¹¹ J.Paulo II, *Dives in misericórdia*, nº 3.

sobretudo com o seu estilo de vida e com as suas acções, como está presente o amor no mundo em que vivemos, amor operante, amor que se dirige ao homem e abraça tudo quanto constitui a sua humanidade. Tal amor transparece especialmente no contacto com o sofrimento, a injustiça e a pobreza; (...) Cristo, portanto, revela Deus ‘rico em misericórdia’».

II – Uma inspiração para a nossa Pastoral

Aquelas notas bem específicas do acolhimento que tem a Deus por sujeito haveriam de sempre inspirar o acolhimento pastoral das comunidades cristãs e dos agentes pastorais mais responsabilizados por tal sector da vida da Igreja. Essa inspiração traduzir-se-á seguramente em desafios e, simultaneamente, em orientações para o nosso agir.

1. O que não é o acolhimento

Antes de procurarmos dissecar o que é e como se deve exercitar o acolhimento, cremos ser útil desbravar desde já o terreno e eliminar uma série de atitudes, muitas vezes presentes de maneira difusa nos agentes e comunidades pastorais, que não são verdadeiro acolher de quem quer que seja¹².

Em primeiro lugar, acolher não é mera amabilidade; claro que ela será necessária, mas não apenas como um sinal exterior. Tão pouco será paternalismo, o qual consiste na tendência para proteger e substituir o acolhido. E de certa maneira ligado ao paternalismo, haverá que superar também a tendência em ‘solucionar’ problemas: acolher é ser exigente e despertar no acolhido o acto criador das soluções. Acolher não é aprovação: não se trata de legitimar, compreender ou desculpar gratuitamente o que quer que seja; é busca em conjunto da verdade das situações e é essa verdade que deve merecer toda a aprovação. Finalmente, cremos que o acolhimento não é nem inquirição-investigação nem generalização-intelectualização. Não é inquirir, já seja com um espírito de emitir um juízo já seja por mera curiosidade; não é generalizar ou comparar, porque cada pessoa é única e tem de ser respeitada e valorizada na sua identidade específica¹³.

¹² Seguimos aqui de perto a perspectiva de O. Lopes, o.c., pp. 45-46.

¹³ Sobre o assunto vale a pena ler C.Rogers em duas obras clássicas: Tornar-se Pessoa, Moraes Ed., Lisboa 1985, pp.108-139 e A Pessoa como Centro, Ed.Pedagógica e Universitária, S.Paulo 1977, pp. 195-208.

2. O que é o acolhimento

Basicamente, «acolher é receber a pessoa tal qual ela é e se apresenta»¹⁴. E a condição essencial do acolhimento é a *empatia*¹⁵. Esta permite e conduz à consideração da pessoa do acolhido na sua integralidade e na sua especificidade única, pedindo simultaneamente que quem acolhe se ponha o mais possível no seu lugar para melhor poder compreender a sua situação real. Com disponibilidade e compreensão, competência e afecto, abertura e flexibilidade, o acolhimento torna-se um espaço «em que as pessoas se encontram para se conhecerem como são e também se aceitarem como são»¹⁶, o que não é incompatível com a sua própria evolução e modificação de atitudes e comportamentos, expectativas e projectos¹⁷.

Um acolhimento assim entendido e praticado aproxima-nos muito do 'princípio-misericórdia' enunciado por J.Sobrino¹⁸, o qual consiste nesse princípio interno que há-de estar na origem da actuação de todo o seguidor de Jesus e se baseia na compaixão como elemento configurador de toda a nossa visão do mundo, da vida, das pessoas, da história. Tal 'princípio' poderia traduzir-se, então, nos seguintes elementos: «em primeiro lugar, dá-se uma interiorização do sofrimento alheio, deixo que penetre nas minhas entranhas (...). Num segundo momento, esse sofrimento interiorizado (...) converte-se em ponto de partida de um comportamento activo e comprometido. Por último, essa reacção vai-se concretizando (...) para a erradicação desse sofrimento ou, pelo menos, para o aliviar»¹⁹.

3. Acolher é evangelizar

São inúmeros os lugares e as áreas onde habitualmente as comunidades cristãs e os agentes de pastorais específicos são chamados a exercer o acolhimento misericordioso. Tomando em consideração a estrutura ou realidade da paróquia,

¹⁴ C. Paes, O acolhimento pastoral, Documento preparatório para a reunião do Conselho Presbiteral de 2-3 Dez. 98, Patriarcado de Lisboa 1998, p. 2.

¹⁵ Cfr O. Lopes, o.c., pp. 42-44.

¹⁶ *Ibidem*, p.45.

¹⁷ M. Szentmártoni, in *Introducción a la Teología Pastoral*, Ed. Verbo Divino, Estella 1994, pp.88-89, fala de três atitudes básicas no acolhimento e que resumem bem o que aqui se foi dizendo: empatia, autenticidade, relação calorosa não-possessiva.

¹⁸ J. Sobrino, *El principio-misericordia. Bajar de la cruz a los pueblos crucificados*, Sal Terrae, Santander 1992, sobretudo pp. 31-45.

¹⁹ J. Pagola, o.c., p. 13.

poderíamos assinalar as seguintes necessidades de grande atenção ao acolhimento: a recepção (verdadeiro cartão de visita da paróquia e onde aparece todo o tipo de pessoas, muitas vezes para uma simples informação), o cartório (onde se tratam maioritariamente os casamentos e baptismos), o gabinete do padre ou do ministro específico (a cuja porta se bate para conversa, confissão ou mesmo direcção espiritual), o confessionário (este é mesmo o espaço tradicional do sacramento que pede o acolhimento da misericórdia e do perdão), o sector social (para os numerosos casos de pobres, doentes, desempregados), o espaço que aceita inscrições (já seja para a catequese, para os escuteiros, para a marcação de intenções de misas ou mesmo para quem se oferece para algum voluntariado), etc²⁰.

Contudo, e para além da natural importância de todos esses espaços no acolhimento de pessoas, cremos ser necessário estar bem consciente que hoje, mais do que no passado, grande parte dos que procuram algum serviço na Igreja e pedem ser acolhidos são aqueles que habitualmente designamos como os destinatários da ‘nova evangelização’, isto é, pessoas que são pouco frequentadoras dos meios eclesiais e carecem de uma verdadeira formação cristã de base. «Sendo assim, o acolhimento pastoral transforma-se no primeiro momento da evangelização»²¹! E aí a responsabilidade é ainda maior: «já que não saímos à procura das ovelhas desgarradas ou ao encontro daqueles que perderam as referências cristãs, então que ao menos saibamos acolher aqueles que, pelos motivos mais variados, vêm ao nosso encontro»²².

Acolher exige então ser compreensivo, testemunhar de uma imagem de Igreja e de vida cristã muitas vezes totalmente nova e insuspeitada por parte daquele que pede ser acolhido e, mais importante ainda, exige o lançar de desafios (à maneira de Jesus, que sempre abria novos horizontes e não deixava indiferentes todos quantos o encontravam), isto é, pede-se a passagem de uma pastoral da manutenção e pura resposta a pedidos para uma pastoral da proposta²³ onde, com simplicidade mas muita clareza, se convida quem nos procura a uma caminhada de tipo catecumenal ou, por outras palavras, de re-iniciação cristã em nova evangelização²⁴.

²⁰ Cfr P. Thomas, *Que devient la paroisse?*, Desclée de Brouwer, Paris 1996, pp. 107-108, onde se destaca a importância de uma boa informação como primeiro passo de um correcto acolhimento.

²¹ C. Paes, o.c., p. 1

²² *Ibidem*, p. 1

²³ É este o sentido do excelente livro de H.-J. Gagey, *La nouvelle donne pastorale*, Editions L'Atelier, Paris 1999, particularmente pp. 77-119.

²⁴ Cfr I. Grellier, *Actes pastoraux et ritualité*, in VV.AA., *Introduction à la Théologie Pratique*, Presses Universitaires de Strasbourg, Strasbourg 1997, pp. 185-188.